

A reinvenção de Brasília

André Garcia,
Rovênia Amorim e
Tarciano Ricarto
Da equipe do **Correio**

Carlos Vieira 11.1.98



PLANO PILOTO DE BRASÍLIA: O MESMO GOVERNO QUE PROPÔS VENDA DE ÁREAS PÚBLICAS QUER AMPLO DEBATE NA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR

A criação de um plano diretor para o Plano Piloto é uma reivindicação antiga de arquitetos, urbanistas e de moradores de Brasília preocupados com a preservação da capital, tombada como Patrimônio Mundial. Há dois meses, o anseio dos especialistas tornou-se obrigação: o Estatuto das Cidades, sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, reforçou a exigência de que todas as cidades com mais de 20 mil habitantes tenham um plano próprio, com regras que permitam crescimento urbano organizado.

Para se adequar ao Estatuto das Cidades, o governo do Distrito Federal (GDF) finalmente anunciou a confecção de um plano diretor para Brasília tombada. É marcou para a segunda quinzena do mês um seminário, em que especialistas debateriam as normas necessárias para garantir o ordenamento do Plano Piloto.

Mas o que deveria ser comemorado como marco no trabalho de preservação de Brasília é encarado com reserva por especialistas e órgãos de fiscalização dos monumentos brasileiros tombados. A razão é simples: a sucessão de projetos apresentados pelo governo que agride as características originais do plano urbanístico de Lucio Costa.

Ao mesmo tempo em que anuncia a elaboração do plano diretor para, em tese, reforçar a legislação de proteção ao Plano Piloto, o GDF, por exemplo, pede autorização à Câmara Legislativa para vender terrenos na Asa Sul e Asa Norte onde deveriam ser construídas escolas-parque e clubes de unidades de vizinhança, dois dos principais pilares do plano de Brasília. Neste caso, o projeto encontrou resistência até mesmo em Oscar Niemeyer. Pressionado, o governador Roriz resolveu adiar a votação da proposta. Mas a política dúbia do GDF deixa especialistas apreensivos quanto ao resultado do plano diretor de Brasília.

“O plano diretor deve definir caminhos para a proteção de Brasília e do nosso patrimônio. Se não for bem feito, pode interferir

de forma arrasadora no tombamento”, preocupa-se o arquiteto Gilson Paranhos, presidente da seção local do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB).

PARTICIPAÇÃO

A preocupação dos especialistas diz respeito ao modo como o plano diretor tratará questões controversas como a ocupação irregular de áreas públicas nas quadras comerciais do Plano Piloto, fechamento dos pilotis (térreo livre) dos prédios da superquadras, destinação de áreas para implantação de estacionamento e as revitalizações do Setor Comercial Sul, do Setor de Diversões Sul e da W3 Norte. “O meu receio é de que o plano venha para avaliar o que pode mudar e não para preservar”, teme a arquiteta Tânia Battella, coordenadora da Comissão de Política Urbana do IAB-DF.

Além de desconfiar das reais intenções do GDF, especialistas



A CAPITAL EM 1970: PLANO DEVE SEGUIR TOMBAMENTO

cobram uma efetiva participação na elaboração do plano diretor. O presidente do IAB-DF, por exemplo, vai encaminhar ao governador Roriz carta em que pede a efetiva participação do Fórum Pró-Brasília na confecção do plano. O fórum é composto pelo IAB, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), membros do Ministério Público,

tudo para aperfeiçoar a legislação urbana da cidade. “É uma parafernalha de regras e leis, que dificulta a gestão da cidade”, diz.

A pressa dos especialistas em participar da elaboração do plano é justificada pelo calendário do GDF. Embora tenha anunciado que a proposta só será votada daqui a um ano, e depois de discutida com a população, o gover-

no já selecionou um escritório de arquitetura — a Topocart — para organizar a metodologia do Plano Diretor de Brasília.

O momento aguardado por interessados na preservação de Brasília é o seminário *Brasília — Passado, Presente e Futuro*, organizado pelo GDF e que vai reunir, entre os dias 19 e 21 deste mês, arquitetos e urbanistas para debater o plano diretor da cidade. No encontro, o diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio do Iphan, Roberto de Holanda, por exemplo, externará a posição do órgão, responsável pela fiscalização dos monumentos brasileiros tombados, sobre o Plano Diretor.

Holanda adiantou que assinará um convênio com o GDF para que o Iphan participe da fase de elaboração de todos os projetos de lei que afetem a área tombada.

“É mais coerente discutir junto com o governo as idéias antes que elas se tornem projetos de lei”, afirmou.

“O plano diretor deve definir caminhos para a proteção de Brasília e do nosso patrimônio. Se não for bem feito, pode interferir

PROTEÇÃO À CIDADE

MP COBRA AÇÃO DO IPHAN

A omissão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em relação à situações de agressão ao tombamento de Brasília nos últimos meses motivou uma atitude do Ministério Público Federal. O procurador da República Alexandre Camanho enviou ao presidente do instituto, Carlos Heck, um ofício requisitando um parecer formal sobre o projeto de lei do GDF que autoriza a venda de terrenos na área tombada do Plano Piloto. “Preciso da avaliação técnica e jurídica do instituto. Sem isso, não posso fazer meu trabalho”, reclama o procurador. Camanho deu prazo de dez dias para que o órgão se pronuncie sobre a venda dos terrenos.

AMEAÇA DE IMPROBIDADE

Segundo o Estatuto da Cidade, concentrações urbanas com mais de 20 mil habitantes precisam ter planos diretores. Eles definem como a cidade irá crescer, os locais onde será permitida a construção e as áreas para parques e para preservação ambiental. O Estatuto da Cidade prevê que a comunidade participe da elaboração dos planos. Se isso não for feito, o governante pode responder processo por improbidade administrativa.

“O plano diretor deve assimilar as regras do tombamento. É fundamental para evitar essa colcha de retalhos formada por leis que são aprovadas quase que diariamente”

JOSÉ LEME GALVÃO

Coordenador de Conservação do Departamento de Proteção do Iphan

O EXEMPLO DE GOIÁS

Ao contrário de Brasília, a próxima cidade brasileira cotada para ser incluída no Patrimônio Mundial da Unesco já conta com um plano diretor local. A Cidade de Goiás deverá receber o título do Comitê do Patrimônio Mundial em dezembro. “Nosso Plano Diretor foi sancionado em 1996, depois de três anos de elaboração”, recorda Brásilete Ramos, presidente do Movimento Pró-Cidade de Goiás. Mesmo sem a oficialização do título, a cidade já está reavaliando seu Plano Diretor. “Vamos reestruturá-lo para tornar mais rígidas as questões inerentes à preservação”, conta.